



1290000859



IE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

TCC/UNICAMP OL4n

Instituto de Economia

**A NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA:  
O MITO DO INDIVÍDUO E DA LIBERDADE NUM CONTEXTO DE CRISE E  
DE FRUSTRAÇÃO DE EXPECTATIVAS**

**Aluno: Marcelo Augusto Nahuz de Oliveira**

**Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves**

1993

**TCC/UNICAMP  
OL4n  
IE/859**

**REBOC**

"Dedicado a todos aqueles que em meio a tantas ilusões e promessas de prazer imediato justificam sua existência, dedicando-a a ideais de mudança concreta e de negação sistemática".

Agradeço ao Prof. **José Ricardo** a sua atenção,  
paciência, dedicação e sabedoria.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I	
BRASIL: INDUSTRIALIZAÇÃO E DINÂMICA SOCIAL .....	8
CAPÍTULO II	
SOCIEDADES INDUSTRIAIS: RACIONALIDADE, TRABALHO E VI- DA PRIVADA .....	18
O Hedonismo como Contradição Cultural) .....	20
O Projeto do Esclarecimento e a Razão Econômica .....	25
A Família Igualitária: Agências Sociais de Reprodução e Cultura de Massas .....	38
Consumismo e Cultura de Massas .....	44
CAPÍTULO III	
A CULTURA DE SOBREVIVÊNCIA .....	50
CONCLUSÃO .....	68
BIBLIOGRAFIA .....	76

"I Can Get no Satisfaction"

(M. Jagger)

"No Future for You"

(J. Lydon)

... "Mais nada para ser dito  
Mais nada para ser chorado  
Só os seres no sonho  
Agarrados ao desaparecer  
Suspirando, berrando, comprando e vendendo  
pedaços de fantasmas  
E adorando-se uns aos outros ..."

## INTRODUÇÃO

O indivíduo livre, guiado por sua própria consciência é o ponto central de resistência, da racionalidade instrumental, senhora absoluta dos destinos das sociedades industriais.

O modo capitalista de produção sempre se apoiou sobre uma noção muito particular do indivíduo para efetuar a destruição de todas as formas de racionalidade que se mostravam pouco ou nada funcionais aos objetivos do capital em busca de valorização.

O critério de eficiência, a noção de produtividade e portanto a validação de uma escala de valores que fosse capaz de objetivar, através do cálculo, toda a ampla gama de atividades humanas, só se torna possível quando se apreende o que é humano, apenas através de critérios que prescindam de julgamentos morais, valores éticos ou questionamentos conceituais.

O indivíduo ideal para a glorificação da razão econômica, se orienta para o mercado; busca os seus interesses pessoais antes de tudo, atuando no mercado livre. O agir por interesse próprio, sempre guiado pela racionalidade econômica, permite que o bem estar de todos seja alcançado. À medida em que os indivíduos passam a se

relacionar através do mercado, e da razão que o governa, o egoísmo de cada um se transforma no bem de todos, através do cálculo econômico.

O fato é que a própria lógica do capital, ao estabelecer as linhas gerais sobre as quais se constituiriam as sociedades capitalistas, terminaria por imprimir às individualidades sobre as quais se apoiava, uma dinâmica outra capaz de caracterizar o indivíduo das sociedades industriais de modo incompatível com o discurso liberal.

As transformações das atividades produtivas ocorridas com a segunda revolução industrial e a ascensão do padrão de acumulação baseado nos setores metal mecânico, instituem a linha de produção em massa.

A contrapartida às alterações na estrutura produtiva que resultaram na produção em massa, é o desenvolvimento do consumo em massa.

O indivíduo que precisa se adaptar às novas rotinas de trabalho instituídas pela administração científica deve também se tornar um ávido consumidor dos inúmeros produtos criados, vendidos e abandonados pela indústria que não cessa de buscar, de acordo com racionalidade que lhe é inerente, ganhos de produtividade e novas oportunidades de valorização de tais ganhos.

À sociedade de massas, em perfeita coerência com sua lógica, desconhece a idéia de "suficiente" e nega as atividades que tenham a si próprias como o fim. Tudo deve ser dado em sacrifício ao mercado, inclusive todas as formas pretéritas de organização social, que por não terem como objetivo primeiro a elevação do nível das condições materiais de existência, deixam de fazer sentido e são julgadas, pela razão instrumental, como "ignorância metafísica" ou como formas de dominação hierárquica arcaicas.

À medida em que a racionalidade econômica só se afirma ao destruir todas as outras formas de racionalidade, o saber que produz é totalitário, e como tal, impregnado de um caráter regressivo e barbarizante.

As esferas da vida privada dos indivíduos, que nos primórdios do capitalismo pareciam se configurar como refúgios seguros, dentro do mundo cruel das relações regidas pelo mercado, são desestruturadas e invadidas.

A transformação de tais esferas em novos subsistemas integrantes de um sistema maior, o capitalismo, tem como consequência a desestruturação da vida privada dos indivíduos, que acuados e agredidos, adotam novos padrões comportamentais.

Os países de industrialização tardia, buscam, às custas de esforços significativos, a adoção de estruturas econômicas que "importam" dos países pioneiros.

A industrialização brasileira não foge a essa regra. Mas o que parece importante destacar é que as transformações econômicas empreendidas no esforço da industrialização vêm sempre acompanhadas de alterações na estrutura social, inerentes ao tipo de desenvolvimento das forças capitalistas que é requerido.

No processo através do qual o Brasil buscava internalizar as inovações da segunda revolução industrial, e assim inserir-se no mercado mundial, nasce a nova classe média brasileira; formada pelas elites gerenciais, pelos burocratas e outros funcionários, que passam a ocupar cargos direta ou indiretamente criados pela importação das estruturas produtivas surgidas com a concentração e centralização do capital em início do século XX, nos países centrais.

A nova classe média brasileira representa a destruição de antigos segmentos sociais e se insere por completo na sociedade de massas que se configura com adoção do modelo centrado na produção dos bens de consumo duráveis.

A concentração urbana se eleva, os meios de

comunicação se afirmam como importantes formadores do gosto e da opinião pública.

A opulência propiciada pelo crescimento dos anos 60 e 70 mantém em silêncio, os beneficiados pelas crescentes oportunidades de ascensão social. O regime militar se legitima e apoia os projetos empreendidos pelos interesses privados das elites empresariais.

A crise do final dos anos setenta que se estendeu pela década seguinte, coloca agora em xeque, todos os valores cultuados pelos beneficiários do período desenvolvimentista.

Os filhos da nova classe média se deparam com um futuro incerto, na melhor das hipóteses muito menos promissor do que aquele prometido pela cultura que lhes foi transmitida.

A classe média ascendente se aproximava, nos áureos tempos do milagre, do padrão de vida da elite brasileira. Essa aproximação era viabilizada pelo consumo: comprova-se as mesmas bebidas, automóveis, eletrodomésticos. Mas a propriedade, base de sustentação da elite, se mantém elemento diferenciador entre os dois segmentos. A recente modernização das empresas, com cortes de postos de trabalho

a nível executivo e de gerência, introduz mais um elemento gerador de instabilidade nas expectativas de inserção social por parte dos "filhos do milagre".

No momento em que o Brasil percebe a distância que novamente o separa das economias centrais, e se propõe a "recuperar o atraso", "modernizar-se", "criar capacidade interna de inovação", parece de suma importância que se realize um debate intenso sobre o que esperamos absorver de positivo num novo esforço de modernização e não só isso, mas principalmente: Que tipo de sociedade desenvolvida é essa que justifica tantos sacrifícios de tantas pessoas e devolve tão pouco a tão poucos?

No decorrer da formação das sociedades capitalistas, vários trabalhos vêm sendo publicados tentando apreender o sentido mais geral da evolução das sociedades industriais e também o futuro para o qual tal direcionamento aponta.

Esperamos com análise de alguns destes trabalhos indicarmos traços comuns na organização das sociedades industriais, e suas conseqüências sobre a constituição das individualidades, de modo que possamos por fim, compreender porque e como, o capitalismo em seu discurso, seja liberal ou conservador, pressupõe a atuação de indivíduos que ele próprio destruiu.

Em conexão direta com essa metamorfose da individualidade, procuraremos situar o indivíduo, socializado pela sociedade de massas que se constituiu no Brasil do milagre, em um contexto de crise econômica e esfacelamento das instituições políticas e sociais.

Deixo aqui explícitas, as motivações para a realização de tal trabalho; dúvidas e questionamentos que me parecem pertinentes a esta altura: qual a sociedade em que desejamos viver? Que valores devem guiar tal sociedade? - e principalmente - Que tipo de indivíduo será responsável pela concretização ou não, de tais anseios?

## CAPÍTULO I

### BRASIL: INDUSTRIALIZAÇÃO E DINÂMICA SOCIAL

O Brasil pertence ao grupo dos países que empreenderam tardiamente o seu processo de industrialização. A constituição das forças capitalistas de produção em tais países, obedeceu a limitações específicas e a determinações distintas daquelas dos processos de industrialização precedentes.

A adoção do modelo econômico americano, hegemônico no pós-guerra, exigiu esforços singulares dos países em desenvolvimento, e requereu destes, a criação de estruturas funcionais aos seus objetivos.

A órbita das relações econômicas, internas e externas destes países não foi a única a ser afetada em tal empreendimento. A importação de uma estrutura produtiva concebida previamente por outra organização societária implica em alterações da própria estrutura social que a realiza.

Os valores da sociedade como um todo são questionados. A ética que orienta o desempenho social dos indivíduos é revista. O próprio processo de socialização destes indivíduos é necessariamente modificado, visando

socializá-los em um novo contexto.

O presente capítulo tem por objetivo descrever o processo de industrialização brasileira tendo como ponto de orientação a seguinte questão: Qual a importância de tal processo na formação das expectativas individuais quanto às possibilidades de inserção nessa sociedade transformada?

Esperamos com isso abrir o caminho para que nos próximos capítulos possamos tratar mais diretamente do processo geral de socialização nas sociedades industriais e também das conseqüências de uma crise econômica prolongada sobre a estrutura de tais sociedades, particularmente a brasileira.

O padrão de desenvolvimento capitalista adotado pelo Brasil a partir da segunda metade do século XX foi o modelo baseado no setor produtor de bens de consumo duráveis, que é o padrão característico do capitalismo monopolista do século XX.

Nos países centrais desde fins do século XIX, as escalas mínimas das unidades produtivas haviam aumentado consideravelmente, na esteira dos processos de concentração e centralização do capital. A incorporação de novas tecnologias derivadas do intenso progresso científico daquela época também se acelerou, e se inicia o processo de

monopolização tecnológica.

O Brasil no esforço de industrializar-se teria pela frente os obstáculos erguidos pelo grande salto tecnológico necessário à implantação de um parque industrial com tais características. O país, rico em suas especificidades, contava com um já patente quadro de carências urbanas e sociais, derivadas dos intensos fluxos migratórios não absorvidos, gerados pela miséria rural e pela má distribuição da terra na primeira metade do século.

Tal problemática viria a se expressar em termos da incapacidade que a economia brasileira apresentaria para financiar os investimentos necessários à implantação simultânea dos diversos setores industriais e da infraestrutura que estes exigiriam, simultaneidade esta que se originava da já então elevada complementariedade da estrutura produtiva capitalista.

A medida em que no âmbito interno procurava-se solucionar tais dificuldades, o grande capital internacional buscava novas oportunidades de valorização. As empresas européias, como forma de reação ao movimento de expansão das corporações americanas na direção da Europa em reconstrução do pós-guerra, transformam alguns países periféricos possuidores de mercados dinâmicos, em área de concorrência capitalista.

O salto da industrialização pesada encontra então, condições de realização com a formação do "tripé" constituído pelas filiais das empresas multinacionais, o Estado e o capital nacional.

O processo de internacionalização da economia brasileira, além de propiciar a formação de tal tripé, traz para o país o padrão americano de industrialização no qual tanto a estrutura produtiva quanto a estrutura de consumo são nucleadas pelo setor produtor de bens de consumo durável.

O modelo de desenvolvimento adotado, à medida que imprimiu grande dinamismo às estruturas sociais e econômicas, sustentou um período de expansão das classes médias urbanas não proprietárias, expansão esta que viria a caracterizar o "milagre" brasileiro como um período de crescimento baseado na intensa mobilidade social.

O processo de industrialização brasileira busca, na década de 1950 com o plano de metas de Juscelino Kubitschek, a constituição dos setores pesados da indústria, e na década de 1960, a implantação das demais estruturas monopólicas (instituições financeiras, comerciais, empresas estatais, meios de comunicação).

Essas duas décadas se revelam o berço da nova

classe média urbana brasileira. As ocupações típicas de classe média que durante a década de 1950 mantem sua participação na PEA urbana por volta de 25% do total, em fins da década de 1960 atingem 29% chegando a 31,7% do total ao longo da década de 1970. (Tabela 1).

A nova classe média surge aqui, como categoria analítica poderosa à medida em que reflete tanto o surgimento das novas ocupações características do capitalismo monopolista, quanto a retração relativa dos vários setores da antiga classe média (pequenos agricultores independentes, comerciantes, profissionais liberais autônomos). O uso de tal categoria, portanto, é particularmente, interessante aos nossos propósitos, pois aponta para o processo de constituição de um novo segmento social e de suas formas particulares de manifestação e apreensão do cotidiano, que traz implícito em si próprio, a destruição de antigas estruturas e tradições.

A gênese da nova classe média e sua relação com o Capitalismo Monopolista será tratada aqui nos termos propostos por QUADROS (1991) tendo como base o trabalho de MILLS (1969).

TABELA 1

## BRASIL, OCUPAÇÕES TÍPICAS DE CLASSE MÉDIA, NÚMERO DE TRABALHADORES E PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA

Discriminação	1950		1960		1970		1980	
	No. Trabalh.	%	No. Trabalh.	%	No. Trabalh.	%	No. Trabalh.	%
<b>GESTÃO</b>	<u>606.179</u>	<u>8,8</u>	<u>967.041</u>	<u>9,3</u>	<u>1.825.364</u>	<u>11,1</u>	<u>4.362.403</u>	<u>14,7</u>
Administradores, Gerentes, Chefes	141.536	2,1	103.705	1,0	414.879	2,5	1.287.280	4,3
Auxiliares de Escritório	364.642	5,3	678.789	6,5	1.069.737	6,5	2.257.736	7,6
Ocupações Burocráticas de Natureza Específica	22.886	0,3	42.603	0,4	105.979	0,6	233.944	0,8
Economistas, Contadores e Técnicos de Contabilidade	46.411	0,7	93.905	0,9	143.302	0,9	311.164	1,1
Mestres e Contramestres	30.704	0,4	48.039	0,5	91.467	0,6	267.279	0,9
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>	<u>484.925</u>	<u>7,1</u>	<u>663.307</u>	<u>6,4</u>	<u>1.127.124</u>	<u>6,9</u>	<u>1.924.154</u>	<u>6,5</u>
Lojistas e Caixas	444.100	6,6	539.839	5,2	904.117	5,5	1.603.116	5,4
Outras Ocupações de Comércio	35.825	0,5	123.468	1,2	223.007	1,4	321.038	1,1
<b>ATIVIDADES SOCIAIS</b>	<u>256.596</u>	<u>3,7</u>	<u>467.353</u>	<u>4,5</u>	<u>986.395</u>	<u>6,0</u>	<u>1.668/959</u>	<u>5,7</u>
Médicos, Dentistas, Enfermeiros Diplomados	40.447	0,6	62.822	0,6	83.070	0,5	164.407	0,6
Ocupações Auxiliares da Área de Saúde	46.454	0,7	83.259	0,8	155.439	1,0	334.750	1,1
Professores Primários e Inspectores de Ensino	169.695	2,4	293.779	2,8	631.169	3,8	885.116	3,0
Professores Secundários e Superiores			27.493	0,3	116.717	0,7	284.686	1,0
<b>DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA</b>	<u>194.242</u>	<u>2,8</u>	<u>275.447</u>	<u>2,7</u>	<u>448.559</u>	<u>2,7</u>	<u>626.863</u>	<u>2,1</u>
<b>OCUPAÇÕES TÉCNICAS</b>	<u>142.293</u>	<u>2,1</u>	<u>225.375</u>	<u>2,5</u>	<u>381.725</u>	<u>2,3</u>	<u>788.626</u>	<u>2,7</u>
Engenheiros e Arquitetos	13.862	0,2	31.833	0,3	48.720	0,3	118.556	0,4
Ocupações Auxiliares de Engenharia e Arquitetura	13.216	0,2	26.263	0,3	54.692	0,3	150.701	0,5
Ocupações Téc. e Cient. Nível Médio e Superior	115.215	1,7	197.279	1,9	278.313	1,7	519.369	1,8
<b>TOTAL OCUPAÇÕES SELECIONADAS</b>	<u>1.684.235</u>	<u>24,5</u>	<u>2.628.523</u>	<u>25,4</u>	<u>4.769.167</u>	<u>29,0</u>	<u>9.371.025</u>	<u>31,7</u>
<b>PEA URBANA</b>	<u>6.883.226</u>	<u>100,0</u>	<u>10.341.729</u>	<u>100,0</u>	<u>16.466.866</u>	<u>100,0</u>	<u>29.610.509</u>	<u>100,0</u>

FONTE: IBGE, Tabulações Especiais dos Censos Demográficos.

IN: QUADROS, Waldir J. de. Regiões Metropolitanas Seleccionadas - Mobilidade Estrutural e Grupos Ascendentes. Nova Classe Média. Op. Cit., p. 27.

A associação entre o modelo dos duráveis, expressão do capitalismo monopolista, e a constituição de amplas camadas médias urbanas não proprietárias se torna clara quando se entende a gênese da nova classe média como expressão da crescente divisão social do trabalho.

O processo de centralização e monopolização pelos quais passam a propriedade e a produção no período de transição do século XIX para o século XX resultam no ganho de importância que sofre a grande empresa organizada como sociedade anônima na transformação dos bens duráveis de consumo em elemento fundamental da dinâmica econômica. Tais transformações representam uma profunda mudança também na estrutura ocupacional da força de trabalho.

A complexidade das tarefas administrativas, na grande corporação leva ao surgimento da multiplicação e especialização departamental e ao conseqüente aumento do número de funcionários de escritórios.

Na área produtiva o desenvolvimento tecnológico baseado na crescente aplicação do conhecimento científico passa a exigir cada vez mais qualificação de um número cada vez maior de funcionários.

Como conseqüência do "desenvolvimento e

centralização dos meios de administração" (1) se faz necessário o desdobramento das funções diretivas com aumento do nível de hierarquização nas empresas e da complexidade das estruturas gerenciais.

No que se refere ao Estado, as novas funções que lhe são atribuídas significam a necessidade de uma expansão da burocracia através da ampliação das bases de atuação da máquina estatal.

As atividades comerciais também colaboram no sentido de alterar a estrutura ocupacional. A urbanização cria centros de alta concentração demográfica e traz consigo uma intensa mercantilização das necessidades domésticas. A evolução dos transportes e das comunicações e a disseminação dos bens de consumo aumentam em muito o potencial de comercialização dos estabelecimentos. Tais fatores, acrescentando-se aqui a expansão do crédito ao consumidor, incentivam o desenvolvimento de estruturas voltadas para a comercialização em massa. Essa nova orientação dada aos mecanismos comerciais requer a padronização dos procedimentos comerciais e o conseqüente aumento de complexidade e hierarquização das corporações voltadas para tal tipo de atividades.

É importante ainda ressaltar que as grandes

(1) QUADROS (1991).

corporações em sua busca de crescimento incentivam o desenvolvimento de serviços, tais como vendas à crediário, transporte e publicidade.

Por último, a emergência do capitalismo monopolista tem o efeito de aumentar o nível de assalariamento da economia, quer seja criando novas ocupações ou mesmo transformando em trabalhadores assalariados, antigos profissionais autônomos.

Assim, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil a partir da década de 1950 operacionaliza a incorporação, pela economia nacional, dos avanços tecnológicos e alterações na estrutura produtiva, ocupacional e de consumo, verificados nas economias centrais em fins do século XIX com a segunda revolução industrial.

Com o eclodir da crise econômica se inicia o processo de destruição do mecanismo básico de reprodução da sociedade que se instituíra: a mobilidade social ascendente.

A partir dos anos 50, o Brasil experimenta taxas elevadíssimas de crescimento. A mobilidade social se intensifica.

As "novas oportunidades" estavam nas mãos dos mais "aptos", o que significa que os privilegiados possuidores do

acesso à educação formal e à cultura se tornavam os selecionados para os melhores postos. Apesar disso as perspectivas de ascensão tinham o efeito de criar expectativas de ascensão social mesmo entre os mais pobres. Tal situação gerava uma dinâmica de concorrência que "promoveu o avanço do utilitarismo em detrimento dos valores tradicionais, mas também validou valores universais como o trabalho, a iniciativa, a Nação"<sup>(2)</sup>.

(2) NELLO, 1991, p. 12.

## CAPÍTULO II

### SOCIEDADES INDUSTRIAIS: RACIONALIDADE, TRABALHO E VIDA PRIVADA

A evolução do capitalismo traz consigo transformações, mais ou menos intensas, porém nunca desprezíveis, em muitos dos aspectos das sociedades nas quais tal modo de produção se desenvolve.

No movimento de contínua destruição do passado e conseqüente renovação social promovido pela invasão da racionalidade instrumental, pilar das sociedades industriais, várias esferas da existência humana, antes vistas como refúgios praticamente isolados do mundo concreto cotidiano, se vêem invadidas por formas totalitárias de organização e ordenação. Um bom exemplo, conforme citado no capítulo I, é o intenso processo de mercantilização das necessidades domésticas que se verifica com a urbanização e a concentração demográfica.

Assim, até mesmo o sustentáculo primeiro de toda a lógica, discurso e prática capitalista se vê ameaçado: o indivíduo livre emancipado de toda forma de autoridade hierárquica terrena através da razão, e que, buscando seus objetivos pessoais estaria promovendo o bem estar da sociedade como um todo.

Para que compreendamos como a evolução histórica da sociedade moderna cria e procura resolver tal contradição é necessária uma ampla análise de vários processos interrelacionados que se diferenciam entre si, não por sua origem, uma vez que esta lhes é comum, mas sim por se constituírem como o resultado da invasão de certas estruturas arcaicas por parte de uma mesma força.

Em que pese a necessidade de clareza trataremos aqui, em primeiro lugar de um certo tipo de crítica coercitiva e moralizadora, dirigida à economia da experiência da satisfação, que se centra no hedonismo narcisista e circunscrevesse a análise da crise das sociedades industriais a descompassos entre as esferas cultural e econômica.

Em seguida, introduzindo a análise dos processos históricos através dos quais evoluem tais sociedades, trataremos do projeto do esclarecimento.

A discussão da constituição da família igualitária e da concomitante estruturação das agências sociais de reprodução antecederá as considerações sobre a cultura de massas e a dinâmica do consumo.

## O Hedonismo como Contradição Cultural

As críticas à sociedade contemporânea têm sua origem comum em esforços realizados no sentido de compreender a sociedade industrial que se baseia na racionalidade capitalista.

O trabalho de Bell<sup>(3)</sup> identifica nesta sociedade traços que apontam para o fim das concepções burguesas quanto a ação humana, as relações sociais e as relações econômicas, que configuraram as sociedades acidentais nos últimos 200 anos.

"As contradições culturais do capitalismo" são a razão pela qual tal ordem se vê enfraquecida. As origens de tais contradições se encontram, segundo o autor, em primeiro lugar no afrouxamento dos elos que mantinham unidas a cultura e a economia. Em segundo lugar no primado do hedonismo transformado no valor principal da sociedade contemporânea.

A história é concebida por Bell, como não dialética. Enquanto vigorava o espírito do capitalismo todas as esferas respeitavam a mesma lógica. Mas hoje, é necessária a separação dos diferentes âmbitos sociais, com suas normas diferentes, ritmos de mudança distintos,

(3) Daniel Bell (1976).

regulados por princípios também distintos.

O autor propõe a divisão da sociedade em três âmbitos: a estrutura tecnoeconômica, a ordem política e a cultura. A discordância entre eles cria as contradições da sociedade.

A estrutura tecnoeconômica é regida pela racionalidade funcional e regulada pela maximização. A sociedade se coisifica, não pela desumanidade do sistema e sim porque as posições na hierarquia são definidos pelos papéis que cada um desempenha na estrutura, ou seja, pela contribuição de cada um à obtenção dos resultados desejados pela organização.

A ordem política visa realizar a concepção de justiça presente na sociedade. O eixo que a sustenta é o consenso dos governados que legitima os governantes. Sua condição implícita é a da igualdade entre todos os indivíduos. As decisões políticas são fruto de acordos ou de lei não sendo condicionados a princípios tecnocráticos.

A esfera cultural se compõe das formas simbólicas através das quais os homens relacionam a natureza (instintos) e a sociedade (obrigações morais).

A dinâmica de cada uma dessas esferas da sociedade

é distinta. "Podemos ver portanto, que existem diferentes ritmos de mudança social e que não existe nenhuma relação simples e determinada entre os três âmbitos"<sup>(4)</sup>.

A partir do momento em cada uma dessas esferas se organiza em bases próprias, cria-se a possibilidade de um desenvolvimento contraditório da sociedade.

O século XVI marca o ponto a partir do qual o indivíduo passa a ser visto como a unidade social. Ao se libertar das amarras e da coerção impostas pela antiga ordem clerical, o indivíduo livre busca autodeterminar-se tendo a partir de então a sua consciência individual como fonte de juízo.

A crescente capacidade de domínio da natureza e de auto construção do homem, que rompe até mesmo a imutabilidade social, o direciona para o futuro e rouba-lhe o passado.

Nestas condições, dois desenvolvimentos paralelos se iniciam.

No campo das relações econômicas toma forma a figura do empresário burguês guiado pela ética do trabalho e

(4) Bell (1976), p. 25.

conservador em termos morais e em "gostos culturais"<sup>(5)</sup>.

A cultura toma outros rumos e se destina a realizar o indivíduo livre, libertando-o de todo e qualquer padrão e insurgindo-o por fim contra o racionalismo e o materialismo burgueses.

Todo o tipo de conteúdo, antes renegado pela moral religiosa, principalmente, tem seu espaço na cultura que busca a afirmação do eu. Toda experiência é válida para o crescimento do indivíduo. O modernismo cultural pôde assim de início se aliar as idéias revolucionárias e a subversão política. Tal possibilidade posteriormente foi anulada pelo desenvolvimento da cultura de massas.

A esfera econômica, trouxe em si uma contradição explícita<sup>(6)</sup>: o indivíduo que, como cidadão, deve atenção a ordem política do consenso, como burguês, guiar-se-á pela busca de seus interesses individuais, muitas vezes opostos aos interesses coletivos.

O impulso capitalista surge em consonância com a ética protestante, que ainda assim cumpre o papel de refreá-lo. Mas é o próprio capitalismo que tratará de solapar esta

(5) Expressão do próprio autor.

(6) Cabe ressaltar que tal contradição ganha sentido apenas se assumimos a concepção burguesa segundo a qual as esferas econômica e política obedecem a determinações excludentes entre si.

ética, que se mostra, a partir de certo momento, restritiva. Antes trabalhava-se para o consumo posterior. O mecanismo de crédito destrói tal exigência; o consumo pode se adiantar à produção.

A derrocada da ética protestante significa o início da orientação hedonista da existência. A fixação única é a elevação do nível das condições materiais de existência. O fato "de que uma sociedade não possua algum conjunto de "significados supremos" em sua estrutura de caráter, seu trabalho e sua cultura, dão instabilidade a qualquer sistema"(7).

O hedonismo, enquanto a idéia do prazer como modo de vida indica que o objetivo dos indivíduos se tornou a satisfação dos desejos e não das necessidades. Nas próximas seções esperamos deixar claro que tal distinção entre os desejos e as necessidades se torna cada vez mais ilusória, a partir do momento em as sociedades industriais identificam métodos de criação de necessidades coletivas.

Bell conclui que: "O hedonismo, ..., se converteu na justificação cultural, se não moral, do capitalismo. No ethos liberal que agora prevalece, o impulso modernista, com sua justificação ideológica da satisfação do impulso como modo de conduta, se converteu no modelo da IMAGO cultural.

(7) Bell (1976), p. 33.

Aqui reside a contradição cultural do capitalismo"<sup>(8)</sup>.

A análise realizada por Bell, tem como um de seus méritos, a identificação do hedonismo como um ponto crítico para o desenvolvimento futuro do capitalismo, mas a sua concepção das origens de tal modo de vida não nos parece satisfatória.

A sua própria concepção da dinâmica dos processos históricos o impede de traçar o elo, talvez mais importante, que une as mais profundas transformações das estruturas sociais.

O hedonismo não é consequência exclusiva do consumismo que reina sobre as cinzas da ética protestante. O hedonismo é consequência de um processo que mina a autoconfiança dos indivíduos para adequá-los não só ao consumo, suporte da atividade produtiva, mas também ao próprio processo de trabalho fetichizado, organizado para a produção em massa.

### **O Projeto do Esclarecimento e a Razão Econômica**

A conquista da liberdade perante as forças da natureza tem se revelado o grande empreendimento realizado

(8) Bell (1976).

pela razão humana. Razão esta que procura suprimir o medo subjacente à existência material dos homens e que se origina da sua impotência frente uma natureza da qual eles próprios fazem parte.

Tal processo de dominação através da razão não é porém, como ele próprio se vê, o definitivo e bem-sucedido movimento de desmitologização do mundo. O esclarecimento, que leva a cabo a racionalização progressiva de tudo e de todos, acaba por reverter ao mito.

A auto conservação volta a ser a tônica, tanto do pensamento totalitário quanto da existência cotidiana do homem, que como indivíduo "... se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca servido por ele"<sup>(9)</sup>.

A partir do triunfo da ciência clássica criaram-se as condições para as mais radicais transformações da existência material das sociedades, através das formas específicas de estruturação da razão que não só a ciência, mas também a filosofia, tomaram para si.

(9) Horkheimer, M. e Adorno, T. *Dialética do Esclarecimento*, 1985, RJ, Jorge Zahar Editores, p. 14.

O objetivo do esclarecimento era a substituição da imaginação pelo saber de modo que o domínio da realidade, por parte dos homens, se desse através do ato de conhecer. Mas tal saber dominador separa cada vez mais o sujeito pensante dos objetos reais sobre os quais constroem-se as idéias. O saber que se revela poder, não pode conhecer limites porque define, a priori, a subsunção do real ao formal, ou seja, as coisas passam a ser apenas aquilo que o sujeito nelas percebe.

O saber instrumental, produto acabado de todo o esforço histórico do esclarecimento, tem na técnica a sua essência. Isso porque é justamente a técnica que realiza a mediação entre o pensamento que visa a dominação e a dominação efetiva do mundo material. É a técnica que submete o real ao formal; através de seu principal requisito, a eficácia.

A técnica portanto não visa a elaboração de conceitos ou imagens, que passam supostamente a portar uma execrável carga metafísica. A técnica visa a elaboração do método, expressão maior da eficácia que guia a constituição do saber instrumental.

Neste ponto, é importante a compreensão da natureza da razão que dá suporte ao primado da eficácia: A razão econômica.

A idéia de eficácia, como critério válido para a tomada de decisões e o direcionamento das ações, só adquire palpabilidade quando obtida através da análise da produtividade. O cálculo é sua condição necessária. A quantificação é o que a viabiliza. Em suma, o cálculo nos informa sobre a produtividade e esta fundamenta nosso juízo sobre a eficácia. A razão econômica só existe onde o cálculo, guiado pela produtividade, a viabiliza.

Desta forma, o domínio da racionalidade econômica se instala com a satisfação de duas condições.

Em primeiro lugar, "o trabalho deve ter a troca de mercadorias e não o consumo pessoal como o seu fim"<sup>(10)</sup>. Só neste contexto é que o rígido controle do tempo adquire significância ao se refletir em produtividade e conseqüentemente em maior valor de troca por unidade de trabalho realizado para o mercado.

A segunda condição para que a racionalidade econômica guie a produção é que esta produção seja realizada para a troca e se torne a única mediação entre os diversos produtores desconectados e entre estes e os consumidores também isolados. Caso tal condição não seja satisfeita, como por exemplo, no caso das antigas guildas e corporações, criam-se limites à concorrência, e como conseqüência, a

(10) Gorz (1988) p. 110.

regulação das atividades produtivas passa a se dar em função da satisfação das necessidades e não mais pela busca da produtividade, deixando o trabalho, então, de se orientar por fins externos a si próprio e definidos pela razão econômica.

Inserida no projeto do esclarecimento, a razão econômica se constitui negando a ordem tradicional e substituindo a moral religiosa. "O cálculo surge como uma fonte inquestionável de certezas; o que é demonstrável, suscetível a organização, previsível por força de cálculo, não precisa da garantia de qualquer autoridade para ser verdadeiro e universalmente válida"<sup>(11)</sup>.

A força interna da racionalidade econômica é o que viabiliza a sua violência sobre outros tipos de racionalidade.

O tipo de regulação por ela exercida, viabiliza a sua própria expansão sobre esferas da vida inicialmente isoladas e portadoras de uma dinâmica particular.

A hetero-regulação exercida pelo dinheiro (que passa a mediatizar as relações humanas) passa a orientar as relações na direção de objetivos que são estabelecidos externamente aos indivíduos que se relacionam.

(11) Gorz (1988), p. 112.

As atividades se coordenam não através da compreensão e do consenso, e sim através de interconexões funcionais que não são buscadas pelos agentes e muitas vezes não são nem mesmo percebidas no horizonte das práticas cotidianas.

Várias esferas da vida perdem sua capacidade de auto-regulação. A coordenação de atividades individuais, através da auto-organização, visando objetivos através da ação coletiva se torna cada vez mais problemática.

A hetero-regulação exercida pela razão econômica destrói toda a infra-estrutura comunicacional da sociedade colocando em crise a reprodução da vida cotidiana através dos mecanismos de auto-regulação.

Os campos de debate livre e a compreensão mútua através da comunicação, que desenvolviam normas comuns, embasando assim as relações auto-reguladas, são substituídos pelas "expertocracias" e assim o mundo cotidiano é invadido pelos corpos de conhecimento dos profissionais especialistas.

A técnica penetra assim em esferas da vida privada, que se transformam assim como, a relação do homem com o seu trabalho, agora guiado pela produtividade.

O projeto do esclarecimento fixa assim, a ciência e a filosofia, sem nenhuma vinculação ao prazer do discernimento, mas intrinsecamente ligadas ao objetivo de prover e auxiliar a vida. Segundo Adorno "Não deve haver nenhum mistério, mas tampouco o desejo de sua revelação"<sup>(12)</sup>.

Sendo o objetivo desse saber instrumental a dominação através da elaboração do método, profundas alterações se dão no interior do próprio processo de conhecer. Assim como os conceitos devem ser substituídos pelas fórmulas, as causas também não despertam mais o interesse do esclarecimento. Tomam o seu lugar a regra e a probabilidade. Tais movimentos se realizam sob a orientação das necessidades impostas pela eficácia requerida, a partir de então, de todo processo cognitivo.

A natureza, objeto desse saber totalitário, perde todas as singularidades que lhe são características. O princípio da equivalência passa a reger a sociedade. Só desperta interesse o que é mensurável, quantificável; o que reduz singularidades a normas. Apenas o que é comum, encontrado, permite a elaboração de estatísticas e o cálculo de probabilidades. A natureza se resume então a uma unidade previsível, manejável sobre a qual o método eficaz pode se efetivar. "De antemão o esclarecimento só reconhece

(12). Horkheimer, M. e Adorno, T. *Dialética do Esclarecimento*, 1985, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., p. 20.

como ser e acontecer o que se deixa captar pela unidade. Seu ideal é o sistema do qual se pode deduzir toda e cada coisa<sup>(13)</sup>.

Tal fixação no que é indistinguível, geral, e portanto elemento criador de unidade só pode se revelar eficiente quando o que é heterogêneo se reduz a grandezas abstratas, acessíveis ao pensamento que se constrói independentemente dos objetos.

A seleção de tudo aquilo que é geral e submissível aos métodos e à premissa da eficácia constrói um saber totalitário pois que o seu domínio sobre os objetos, sua capacidade de previsão e abstração, se exerce obscurecendo toda e qualquer substitividade específica entre os objetos. Cada um é apenas mais um exemplar previamente conhecido.

Neste ponto o esclarecimento e o mito se reencontram ao reafirmarem o princípio da imanência. Se o esclarecimento afirma com o saber a recorrência dos acontecimentos através de leis ditas "naturais", construídas por si próprio, às quais tudo obedece, o mito por sua vez busca esclarecer, informar, e é com a repetição que ele apreende os mistérios da natureza<sup>(14)</sup>.

(13) Horkheimer, M. e Adorno, T. "Dialética do Esclarecimento", 1985, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., p. 22.

(14) "Os mitos assim como os mitos mágicos, têm em vista a natureza que se repete. Ela é o âmago do simbólico: um ser ou um processo representado como eterno porque deve voltar sempre a ocorrer

O sujeito doador de sentido - Deus ou mesmo o homem de idéias - só desperta ao submeter sem restrições os objetos ao seu poder, definindo todas as relações, e igualando o espírito ordenador do esclarecimento ao poder supremo do criador.

A hierarquia que se estabelece, entre o sujeito doador de sentido e o objeto, surge do distanciamento entre ambos inerente aos processos de abstração. Neste processo a distância é conquistada pelo senhor, desejoso de sustentar sua posição, através daquele que é dominado.

O esclarecimento domestica a si próprio e se circunscreve àquela percepção que construiu da natureza. Os símbolos sistematizados dizem aquilo que o sujeito percebe do objeto e não outra coisa. A distância e a razão que a sustenta, transformam o formal em real.

Quando todas as relações se reduzem a esta única relação entre o sujeito e o objeto, tudo é o que é para o sujeito, as coisas perdem a possibilidade de se igualarem a si próprias, entre elas o próprio homem que nada mais possui do que a capacidade de pensar as coisas abstratas do mundo.

Assim quanto mais o formalismo subjuga o real, por se tornar práxis, mais inquestionável tal caminho se torna.

A realidade social que se configura no mundo esclarecido, vale dizer, no modo capitalista de produção, deve ser apreendida como um processo constitutivo de práticas, relações sociais e de suas significações. Tal realidade não é apenas uma coleção de dados aguardando a apreensão por parte da razão humana e muito menos por parte dos sentidos. A realidade social no modo de produção capitalista é criada com base nas relações específicas que se estabelecem entre e pelos homens e entre eles e a natureza.

Porém a representação da realidade social, no campo das idéias, também seguiu os caminhos traçados pelo esclarecimento. Através da abstração, que visa ocultar a dominação, as próprias relações sociais aparecem como algo dado. A divisão social do trabalho que se estabelece surge como uma coisa em si e não como produto da atividade humana. O lugar reservado para cada indivíduo na sociedade se fixa e aparece como que determinado por uma força "natural" superior.

A alienação que assim se define como a aparência de que as condições reais de existência social dos homens são fruto de uma outra instância que não a própria atividade humana, é a **forma** primeira através da qual a consciência se relaciona com o mundo material.

É justamente porque a consciência se manifesta inicialmente como alienação que a ideologia se torna possível.

As idéias não são mais vistas como uma das faces apenas do mesmo processo de geração e superação de contradições que engendra a realidade - elas passam a ser, isso sim, o espírito autônomo pleno de poderes, precedente a toda e qualquer práxis que se presta somente a ratificá-lo.

O surgimento da ideologia, entretanto, só se efetiva com a separação explícita entre trabalho manual e trabalho intelectual. Os pensadores se encontram, ao mesmo tempo, longe demais da realidade das condições materiais de existência e muito próximos do sonho da onipotência oriunda do saber.

Tal autonomia do trabalho intelectual acaba por se refletir numa aparente autonomia das idéias perante os homens. Assim qualquer oposição que se torna perceptível entre as idéias e as condições sociais, camufla a oposição real entre os homens que dominam aqueles que são dominados.

A ideologia surge como o elemento que deve dissimular a realidade das contradições da sociedade dividida em classes, ocultando a dominação e a exploração do homem pelo homem.

A partir do momento em que a ideologia possui um papel específico na articulação das forças contraditórias da sociedade capitalista, podemos afirmar que seja ela uma das partes da própria práxis social, ou seja, também um produto da atividade humana, e não uma terrível coincidência entre idéias dominantes e interesses de classe.

De fato, a ideologia sempre se constitui das idéias que servem aos propósitos das classes que conquistaram o poder, ou seja, seu surgimento se dá através da superação de contradições, definidas como relações de oposição entre dois pólos que se constituem como tais apenas dentro dessa relação. Dessa oposição surgirá uma síntese que a superará, engendrando por sua vez novas contradições. Acompanhando tal movimento as idéias de uma classe se tornam hegemônicas a partir do momento no qual tal classe se mostra capaz de oferecer a síntese superadora da crise social precedente.

A revolução burguesa é o exemplo. As idéias da burguesia nascente e sua concepção de mundo se tornaram hegemônicas quando tal classe, graças à evolução contraditória das organizações sociais, assume o poder.

A ideologia se constitui, para as funções a que se presta, como um corpo explicativo e prático de caráter prescritivo, normativo e regulador cuja função é dar aos

membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais sem permitir entretanto que se perceba a origem de tais diferenças na divisão em classes oriunda da divisão na esfera da produção. Assim a ideologia visa manter a coesão social e para tanto deve sempre buscar a transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais válidas igualmente para todas as classes sociais.

O modo de produção capitalista introduziu e aperfeiçoou a produção industrial. O processo de trabalho se fragmentou embora todas as suas partes tenham se mantido conectadas pela lógica de valorização do capital. Em tal organização social, a produção se volta para o mercado, todas as relações são mediatizadas pelas coisas que se trocam, os diferentes trabalhos se tornam iguais, respeitando mais uma vez o princípio da unidade, independente e autônomo, como idéia que explica a ordem social.

O capitalismo trouxe em si, além dessa organização eficaz da atividade humana, a idéia de que tal organização permitiria a realização da igualdade e da liberdade entre os homens. A inadequação entre tal idéia e a realidade cotidiana aparece como a contradição que mascara a contradição real entre homem de classes diferentes.

A especificidade do capitalismo que fica patente com a compreensão dos pontos acima expostos é a sua capacidade de produzir, em larga escala, como todos os seus outros produtos, as idéias-mercadorias. Estas organizam a sociedade e, perpetuando-a, através da elipse ou deslocamento de suas contradições reais, se reproduzem e assumem o papel da verdade, fruto mais bem acabado do progresso.

### **A Família Igualitária, Agências Sociais de Reprodução e Cultura de Massas**

A constituição de um modo especificamente capitalista de produção, na primeira fase da revolução industrial se caracterizou pela coletivização da produção, que sob a supervisão dos capitalistas passou a ser realizada nas fábricas. A esse movimento seguiu-se, com a instituição da "administração científica", a apropriação capitalista das habilidades e conhecimentos técnicos dos trabalhadores.

Os trabalhadores perdem assim, a capacidade de estabelecer a relação entre os processos de produção, segmentados e incompreensíveis, e os produtos finais de tais processos. As mercadorias deixam de se apresentar, para os indivíduos, como fruto do trabalho próprio.

A alteração de caráter do trabalho humano vem a se

conjugar posteriormente ao ritmo acelerado de consumo, determinado pela lógica de expansão das atividades capitalistas; tais fatores contribuem para a destruição da mediação entre o mundo interior e o mundo exterior, realizada pelo conjunto dos objetivos fabricados pelo homem. Como ressalta Lasch, o mundo das mercadorias é "um ambiente pré-fabricado que apela diretamente a nossas fantasias internas, mas raramente nos tranquiliza quanto a sermos nós os responsáveis por sua criação"<sup>(15)</sup>.

Desta forma a cultura de massas, mas não só ela, também a ciência, ao reforçar a impressão de que tudo é possível, apoiam o florescimento de fantasias não mais questionadas pela consciência da instratabilidade do mundo material que nos rodeia.

O controle capitalista chegou posteriormente e também à vida privada dos trabalhadores, através da supervisão sobre a educação das crianças, exercida pelos médicos, psiquiatras, orientadores infantis, funcionários da justiça de menores e outros especialistas. Tal extensão do controle social terminou por minar, conforme descreveremos, toda a capacidade que se acreditava existir na família burguesa de representar um sustentáculo dos valores ameaçados pela crescente violência, competitividade e

(15) Lasch (1986), p. 179.

crueldade do mundo da política e do trabalho, uma vez que, as agências de controle social e as profissões assistenciais emergentes, iniciam um processo de moldagem dos refúgios da privacidade aos modelos ideais que elas próprias constroem.

A família burguesa se constituiu à medida que ganhava força e se disseminava a moderna noção de infância.

As crianças antes vistas como pequenos adultos e portanto desde muito cedo colocadas em contato com o mundo cotidiano, passam a ser encaradas como seres específicos com características próprias: a sua vulnerabilidade, suscetibilidade e inocência exigiam atenções especiais, proteção e cuidados que deveriam se estender até a idade em que estivessem "maduras" o suficiente para suportar a truculência do mundo adulto.

Neste quadro, a família burguesa deveria garantir o distanciamento das crianças frente não só às outras instituições sociais, mas também frente ao grupo de parentesco, criando assim um ambiente familiar emocionalmente carregado, calcado na unificação entre amor e disciplina. a família reuniria então as funções de agente socializador das crianças e de refúgio frente à nova ordem social. No final do século XIX porém, vários eram os indícios de que a família não vinha sendo bem sucedida nas atribuições que lhe eram conferidas. A crise do divórcio, o feminismo, a revolta

da juventude e a queda da natalidade despertavam as atenções de planejadores e **políticos** que diagnosticavam a necessidade da intervenção, na família, de agências de controle social.

As estratégias adotadas por aqueles que buscavam a defesa da família burguesa, resultaram num agravamento do problema que visavam sanar.

A exaltação da família como último refúgio da privacidade e o esforço de assim preservá-la, desembocaram em tentativas deliberadas, por parte dos guardiões da saúde pública e da moral, de transferir as funções socializantes daquela para as agências de controle social, com o argumento de que a família não sobreviveria "saudavelmente" sem a intervenção de especialistas.

Desta forma a evolução da família, neste período, não foi determinada apenas pelo contexto sócio-econômico em que se inseria, mas também pela execução deliberada de políticas que visavam o "progresso social" como modo de garantir a reprodução da força de trabalho e a constituição da moderna sociedade de consumo.

A crença na crescente incapacidade da família justificou a expansão da escola e dos serviços de bem estar social: "as mudanças sociais, políticas e industriais obrigaram as escolas a assumir responsabilidade que antes

cabiam ao lar. Antes, a escola **Devia** ensinar os rudimentos do conhecimento, enquanto que agora deve encarregar-se também da formação física, mental e social da criança"<sup>(16)</sup>.

Com o objetivo de justificar, ao menos em parte, a sua apropriação das funções parentais, as profissões assistenciais se valeram de analogias com a medicina preventiva e a saúde pública, se auto proclamando médicos de uma sociedade doente.

As reformas na justiça, quer seja em relação à delinquência juvenil ou às tentativas de melhorar a vida conjugal, são ótimos exemplos "da conexões entre as concepções terapêuticas da sociedade, surgimento da patologia social como profissão e a apropriação das funções familiares por agências de reprodução socializada"<sup>(17)</sup>.

Durante a década de 20 nos EUA, o juiz Ben Lindsey decidiu permitir que os casais sem filhos se divorciassem caso houvesse consentimento de ambos os cônjuges. Com isso, Lindsey buscava impedir a formação de famílias por parte de casais "desajustados" ou "inaptos" para a paternidade, deixando assim a função de reprodução a cargo de casais privilegiados. Com o advento de contraceptivos baratos, e

(16) Flexner, A. e Bachuan, Frank (1918), *The Gary Schools*. Citado em Lasch (1991).

(17) Lasch (1991).

eficientes, tornou-se pela primeira vez tecnologicamente possível impedir a reprodução dos "inaptos da raça humana"

No campo da justiça de menores a criação da liberdade condicional e a transferência de direitos da paternidade aos oficiais de justiça ilustram a crença de que a delinqüência juvenil tinha sua origem em lares deformados. Conseqüentemente o jovem delinqüente deveria ser tratado não como um criminoso, mas sim com uma vítima da incapacidade da família tradicional em produzir indivíduos perfeitamente adaptados às normas de convívio social.

As mudanças acima descritas, no enfoque dado aos problemas sociais fizeram parte de um amplo processo de **medicalização** da sociedade, durante o qual se deu a segregação dos loucos, das crianças e dos prisioneiros, tratados a partir daí como pacientes. Os desvios sociais passaram a ser equiparados à doença, que vem tomar o lugar ocupado, no passado, pelo crime e pelo pecado.

Assim, á medida que nas três primeiras décadas do século XX ganham força as profissões assistenciais a sociedade toma para si muitas das funções da família que, passando a funcionar como um asilo, deveria submeter seus pacientes a um tratamento supervisionado por profissionais. A pretensa cientificidade de tais profissionais permitiria que se realizasse a moldagem do caráter das crianças dentro

do lar, de acordo com as necessidades da sociedade.

Tal movimento de defesa da família revelou-se uma profecia que se auto-cumpriria. a intervenção das agências de controle social nas relações intra-familiares solapava a confiança dos pais em sua capacidade de criar adequadamente seus filhos, o que justificava e dava forças, não só a uma maior expansão das profissões assistenciais, mas também à imposição, de fora para dentro, de modelos ideais a serem seguidos pelas famílias.

O processo de socialização da reprodução, à medida que teve como um de seus efeitos a crença na incapacidade dos pais em promover a educação de seus filhos, trouxe profundas alterações na estrutura de autoridade dentro da família. Deste modo representou a destruição, ou por um enfraquecimento sensível, da aparentemente mais resistente forma de hierarquia não baseada na racionalidade econômica.

### **Consumismo e Cultura de Massas**

O fenômeno da cultura de massas, não deve levantar discussões inócuas sobre o gasto do público ou sobre transformações nos padrões estéticos. Sua discussão deve conduzir à análise crítica da tecnologia moderna, como centralizadora deliberada do poder político econômico e cada vez mais cultural, ou seja, ao tratarmos da cultura de

massas estaremos nos remetendo à tecnologia, que como fruto da racionalidade instrumental, atua como instrumento efetivo de controle social ao corroer a auto confiança e a autonomia do trabalhador e do consumidor.

O consumo e o trabalho não são antitéticos. Se sustentam na mesma ordem social e se originam do mesmo processo. O fordismo (linha de produção) e o sloanismo (criação dos vínculos entre consumo e status social) são as bases da indústria moderna e da sociedade de massas, pois fundamentaram os processos deliberados que visavam a submissão dos indivíduos ao mercado, desencorajando-os a prover, por si próprias, suas necessidades.

Segundo Jean Baudrillard<sup>(18)</sup>, a sociedade de consumo moderna se caracteriza pelo acelerado desenvolvimento técnico e científico e pela intensa modernização social, decorrentes da industrialização e da urbanização.

A identificação da modernização social como especificidade da sociedade de consumo moderna é importante à medida que permite o abandono da idéia, presente em outras análises da nossa sociedade, de que novas necessidades dos consumidores, são criadas exogenamente a eles, pela publicidade. Tal idéia se baseia no falso pressuposto de que

(18) Baudrillard (1970).

novos produtos e novas necessidades são criados um a um e em mútua correspondência.

Na realidade o processo de modernização social, permitiu, de acordo com o ritmo do desenvolvimento técnico e científico, a criação de sistemas de bens e objetos que seriam demandados caso coincidissem com os sistemas de necessidades dos indivíduos, cuja criação obedece a uma lógica distinta a lógica da diferenciação social. Nas palavras de Baudrillard: "A mobilidade ascendente e irreversível das necessidades "liberadas" pelo crescimento têm uma dinâmica própria, diversa da produção de bens materiais destinados a satisfazê-las. A partir de um certo teto de socialização urbana, de concorrência por status e de take-off psicológico, a aspiração é irreversível e ilimitada. Ela cresce segundo o ritmo de uma sócio-diferenciação acelerada e de uma interrelatividade generalizada"<sup>(19)</sup>.

Deste modo, nas sociedades urbanas industriais, onde as informações circulam agilmente acirrando a competição na busca dos signos de diferenciação social via consumo, a própria dinâmica social tem o efeito de alimentar e promover a indústria do consumo.

Os indivíduos se tornam obcecados pela escassez,

(19) Baudrillard (1970), pp. 83-84.

quer seja pela escassez absoluta de qualquer tipo de bem no caso dos miseráveis, ou pela escassez psicológica, que se origina da sede por signos prestígio e de status que acompanha a luta diária por galgar posições na hierarquia de acesso aos bens. Esta é uma das fontes do estado de "pauperização psicológica" a ser tratado na seção referente ao novo individualismo.

Quanto às relações entre a sociedade de consumo e as alterações na personalidade dos indivíduos cabe ainda ressaltar que: apesar da posição aparentemente secundária a que foi relegado o indivíduo, passando a representar algo, não em função de suas especificidades, mas sim apenas enquanto possuidor de signos denotativos de status, o consumismo tem em si o poder de fazer com que o indivíduo massificado sinta-se único e superior através da posse de objetos e somente através dela.

Há ainda uma última consideração a ser feita sobre a análise de Baudrillard. Todo seu raciocínio parte da identificação da inexistência da "sociedade de abundância", como sinônimo de sociedade de consumo, em oposição a uma suposta "sociedade de penúria".

Toda sociedade se apóia sobre um desnivelamento funcional onde a diferenciação social se estrutura sobre a utilização e distribuição das riquezas materiais. Assim ao

identificar a coexistência entre abundância e pobreza. Baudrillard oferece condições para a desmontagem do aparente paradoxo presente no estabelecimento de sociedades de consumo em países subdesenvolvidos como o Brasil. Como afirma Jurandir Freire Costa " (...) o traço comum ao fenômeno do consumo não é a identidade entre as formações políticas das sociedades responsáveis por seu surgimento (...) o traço comum isto sim (...) é a reestruturação da vida mental dos sujeitos no que concerne a suas identidades privadas (...) subsequente à crise de identidade íntima e à desestruturação familiar (...)"<sup>(20)</sup>

Na sua "Crítica à razão econômica" André Gorz ressalta o vínculo entre o substrato das sociedades industriais, qual seja, a razão econômica, e a dinâmica produção-consumo destas sociedades.

O abandono da ética protestante em favor da racionalidade capitalista não resulta apenas na desvinculação de consumo e trabalho. A ruptura mais importante ocorrida é aquela que se dá entre o trabalho e as necessidades.

O espírito capitalista constrói "... uma medida objetiva da eficiência, do empenho e do sucesso: o montante

de lucros. O sucesso não é mais uma questão de afirmação pessoal e de qualidade de vida, ele é mensurável pela riqueza que se ganha, pelo acúmulo de prosperidade. A quantificação gera critério inquestionável e uma escala hierárquica a qual não necessita de validação por qualquer autoridade, norma ou escala de valores. a eficiência é mensurável e, através dela também o são toda e qualquer qualidade individual: "mais é melhor que menos, aqueles que ganham mais são melhores que os que ganham menos"<sup>(21)</sup>.

A instituição de uma hierarquia social nestes moldes, onde o esforço competitivo deve ser ilimitado significa que o nível das necessidades dos indivíduos deve ser crescente enquanto o seu nível de satisfação não pode crescer.

Desta forma torna-se compreensível o "desnívelamento funcional" indicado por Baudrillard.

"É portanto essencial que haja um gap permanente entre a massa da população e a elite privilegiada cujo consumo deverá incentivar os desejos dos estratos sociais inferiores, a níveis mais elevados e modificá-los de acordo com as mudanças da moda"<sup>(22)</sup>.

(21) Gorz (1988), p. 113.

(22) Gorz (1988), p. 115.

### CAPÍTULO III

#### A CULTURA DE SOBREVIVÊNCIA

I. A atenção dada à emergência da família igualitária, à crescente atuação de outras agências socializadoras e aos efeitos culturais gerados pela sociedade de consumo teve como objetivo esboçar os processos de modificação social que afetam a conformação da individualidade nas sociedades industriais.

Tais processos estão presentes na configuração do "modo de vida" capitalista e mais do que isso, são promovidos pela modernização econômica uma vez que só através deles, ela se torna viável.

Pretendemos a seguir, com alguns dados ilustrativos do cotidiano da classe média brasileira nas duas últimas décadas, fornecer os contornos do padrão de personalidade característico das sociedades onde se configuram as culturas de sobrevivência.

O tipo de análise que permite a conexão entre cultura e personalidade, aqui adotado, é centrado nos processos de "reprodução cultural". A reprodução cultural conecta a cultura e a sociedade de modo que fique explícita a dependência da primeira em relação a segunda, sem que



todavia, perca-se de vista as especificidades que delimitam a esfera cultural propriamente dita. Assim, a relativa autonomia da cultura em relação à base sócio-econômica marca o "locus" das discussões que buscam captar as personalidades resultantes do diálogo constante entre a esfera cultural e a natureza biológica dos homens. Em suma, a esfera cultural é relativamente independente, mas nunca deixa de expressar, na forma de padrões de personalidade, as forças coercitivas, aplicadas pela organização sócio econômica, sobre as pulsões e instintos humanos.

Alguns trechos a seguir correm o risco de soarem como reafirmações de idéias já colocadas anteriormente, mas tal fato é consequência direta das múltiplas correlações entre os temas já abordados e só vem reforçar o sentido geral da evolução que procuramos demonstrar. Abandonemos, então, a subdivisão esquemática adotada anteriormente de modo a nos permitir uma fluidez maior, necessária à compreensão das desordens narcisísticas contemporâneos.

**II.** O processo de modernização econômica levado a cabo no Brasil, sob a tutela do regime militar, foi o responsável pela ~~gestação~~ <sup>gestão</sup> da nova classe média brasileira, que mais do que se constituir como a antítese dos segmentos menos privilegiados, é erigida à imagem e semelhança das elites, pelo menos no que se refere a sua pauta de consumo.

A adesão das novas classes médias à sociedade de consumo de massas se revelou muito mais intensa que em outros segmentos sociais e conseqüentemente aponta para sua importância como termômetro da influência de padrões sócio-econômicos cambiantes sobre a constituição das individualidades e como receptáculo natural das tensões extras imprimidas sobre os costumes modernizados, pela crise e estagnação da década de 80 e início da década de 90.

Um bom indicador da expansão do consumo propiciado pelo crescimento e ascensão das camadas médias urbanas na década de 70 é o ritmo no qual se multiplicam os supermercados (templo do consumo urbano) em dez anos. Em 1965 o Brasil contava com 825 supermercados e em 1975 o número salta para 6.032.

A intimidade entre a classe média e o consumo intenso não é determinada apenas pelo seu nível de renda. Elementos para uma análise mais abrangente são levantados quando refletimos sobre a sua inserção específica no mercado de trabalho.

Os postos de trabalho típicos ocupados pelo segmento são normalmente ao nível de gerência e administração, nas grandes corporações que produzem para o consumo em massa. O estilo de vida dinâmico imposto pela vida urbana exige o consumo de novas "mercadorias" que se

prometem antídotos à vida atribulada: a mercadoria "saúde", a mercadoria "anti-stress" e mercadoria "volta à natureza", quer sejam em forma de produtos de consumo ou de informação e entretenimento.

As atividades nas quais desempenham suas funções e o ritmo de consumo ao qual se vêem compelidos, reforçam a criação de um "mundo de imagens oscilantes", que sendo alienante, corrói as barreiras entre o eu e o mundo exterior de várias formas: A dissociação entre as atividades que desempenha o indivíduo, e o produto concreto destas, destrói o domínio que o homem adquire sobre o mundo através da mediação realizada pelos objetos. As "coisas" ganham vida e fogem do controle direto. O consumo acelerado desrespeita o critério de durabilidade do mundo dos objetos concretos, e sua constante substituição por outros, não raramente de menor valor de uso nas mais modernos, reforça o caráter fetichizado do cotidiano. O entretenimento, glorificado pelos meios de comunicação que se solidificam, multiplicam e modernizam durante o milagre, esvazia as capacidades reflexivas e suga todos os conflitos e contradições reais para dentro das telas, onde a compartimentalização simplificada do bem e do mal, da dor e da alegria é controlável e quantificável pelos números do IBOPE, ou mesmo das pesquisas acadêmicas mais bem intencionadas.

A elaboração de padrões ideais de comportamento é

cada vez mais viável e necessária. Os sistemas de bens produzidos e as necessidades dos indivíduos são cada vez mais coincidentes e os métodos para sua adequação cada vez mais sofisticados. Vale citar aqui o paradigmático programa de televisão "Você decide", onde é dada a "liberdade" ao telespectador de aprovar ou não, determinada situação encenada e que usualmente se refere a temas "Tabu" na esfera da vida privada: "Você denunciaria seu pai à polícia?". O resultado final da enquete é exibido de modo a induzir o telespectador a se classificar como socialmente representativo ou não. Além da quantificação da opinião pública é realizada, portanto, a exaltação do senso comum e garantida sua reprodução.

O poder crescente da mídia, no entanto, não deve obscurecer outras formas de controle do processo de socialização dos indivíduos que embora menos óbvias ou pelo menos aparentemente mais aceitáveis, revelam possuir grande capacidade de modificação das estruturas tradicionais de estabelecimento da autoridade na sociedade.

As crianças passam a receber educação formal cada vez mais extensa nas escolas. A convivência com seus grupos de pares lhes confere o poder de questionar e solapar a autoridade dos pais e os valores por eles transmitidos. O declínio da autoridade paterna é um dos fatores a que se atribui a responsabilidade por uma agressiva regressão do

superego a seus estágios primários, nos quais o relacionamento dos indivíduos com figuras de autoridade se torna cada vez mais problemático.

À medida em que os filhos apreendem a normalidade das relações familiares não mais exclusivamente no seio da família, mas também através do modelo de vida familiar ideal propugnado pelos seus colegas, a autoconfiança dos pais em suas próprias atitudes é afetada. A justiça dentro da família deixa de derivar da razão e passa a se basear na prática da comunidade. Esta por sua vez é determinada crescentemente pela intervenção de especialistas, que concentram poderes ao reafirmarem a incapacidade dos pais em garantirem a socialização de seus filhos.

É exatamente essa alteração na dinâmica dos conflitos intra-familiares que desempenha um papel fundamental na reestruturação da vida mental dos indivíduos.

Os conflitos entre pais e filhos que aparentemente são eliminados, passam a se reproduzir a um nível mais profundo, sob uma forma psicológica mais primitiva.

Enquanto os pais realizavam com segurança a instrução dos filhos, a sua razão temporizava as reivindicações da criança e os seus direitos, sem ignorar essa confrontação de forças. A obediência não era automática

e portanto a autoridade não era compreendida como pura força superior sempre vencedora.

A reprodução cotidiana de tais experiências amenizava as fantasias primitivas da criança com relação aos pais, de modo que a externalização posterior daquelas, preservam o ego de seus próprios ataques.

O declínio da autoridade paterna não significa que a criança passe a ignorar a existência de formas autoridades. Significa que na prática a criança não terá como testar suas fantasias, e desta forma, irá mantê-las intocadas. O mundo permaneceria dividido entre o poder e a impotência. A destrutividade da criança é incorporada à sua própria psique. Os monstros são internalizados. "A criança regride de amor objetal ao narcisismo; esta regressão tende a abolir o próprio objeto, como acontece no processo psicológico similar do luto, no qual o enlutado se reconcilia com a perda de um objeto amado através da internalização deste objeto. Em ambos os casos, o objeto não apenas sobrevive no ego, mas o domina. O próprio ego torna-se um objeto, não apenas de amor, mas também de ódio, agressividade e impulsos assassinos que podem até levar ao suicídio. A impotência, a hipocondria, a depressão, e o suicídio fazem parte da mesma configuração psíquica que se origina da intensa ansiedade associada aos impulsos

destrutivos da própria criança"<sup>(23)</sup>.

A erosão da autoridade paterna foi resultado, como exposto anteriormente, da invasão da esfera privada da vida cotidiana por agentes externos imbuídos de uma missão modernizante. No caso brasileiro, a industrialização e a correspondente modernização societária, se realizaram de modo muito concentrado no tempo e de certa forma geograficamente restrito, dada a imensa concentração urbana em termos regionais. De qualquer modo, a importação de modelos e instituições sociais sugeriu a elaboração de análises sobre as conseqüências de tal processo sobre a estrutura familiar brasileira.

Sérvulo Figueira argumenta que os processos modernizantes, promoveram um processo de nuclearização das famílias, e num momento posterior com o "fechamento" político do regime militar e o impacto exercido sobre as chances de ascensão social pelo milagre econômico, a família nuclear se transforma na família desmapeada. As características dos indivíduos crescidos neste contexto são explicitadas por Jurandir Freire Costa que claramente relaciona tais características à constituição da sociedade de consumo e às ideologias modernizantes: "O que singulariza socialmente a geração pós-68 é seu projeto de vida hedonista e seu meio familiar anônimo, onde prevalecem princípios

(23) Lasch (1991).

idiossincráticos de orientação social, baseadas no "respeito" à liberdade e ao desejo de cada um. Como não pode haver consenso onde a exceção torna-se regra, os indivíduos passam a buscar fora da família os meios necessários à definição do bom e do mau, do certo e do errado. Proliferam, então as agências criadoras de regras que, ao mesmo tempo ajudam a família a modernizar-se a orientar-se socialmente em direção a valores comuns"<sup>(24)</sup>.

As modificações no processo de "reprodução cultural" mantem sua coerência com a evolução da infra-estrutura econômica em dois sentidos distintos porém complementares.

Em primeiro lugar, tais alterações permitem o desenvolvimento de indivíduos que, tendo crescido a imagem e semelhança dos modelos ideais criados e divulgados pelas mais diversas agências de controle social, se adaptam perfeitamente à rotinização, padronização e massificação que passa a ser requerida pelos processos produtivos, especialmente quando, mesmo os funcionários qualificados, se vêem na situação de atuarem apenas como operadores de processos de produção. Como o caso do engenheiro metalúrgico com estágio na fábrica da Gillete nos EUA e que ao voltar se torna engenheiro de embalagens, porque as fórmulas de composição dos materiais usados na produção de lâminas e

(24) Costa (1984), p. 138.

também o desenho destas, já vinham prontos da matriz<sup>(25)</sup>.

Em segundo lugar, a estrutura psíquica de tais indivíduos se revela altamente funcional, à medida que lhes confere as características adequadas ao desempenho do papel de consumidores permanentemente insatisfeitos que a produção em massa a eles reservava. A massificação da cultura e a uniformização do processo de socialização deslocam a busca da individualidade para as relações com os objetos. Os indivíduos iguais buscam sua diferenciação social através da posse de bens e de signos de status. Assim a nova dinâmica social que se estabelece alimenta e promove a indústria do consumo.

O contexto político particular no qual é realizado a modernização do país não pode ser tomado como principal agente da reestruturação das identidades privadas, mas a orientação essencialmente autoritária e repressora do regime militar, na forma como foi aceita pela classe média silenciosa, vem reforçar os indícios da formação de uma cultura de sobrevivência no "Brasil Potência".

A crise da autoridade não afeta apenas a ordem familiar; juízes, padres, professores e outras formas de autoridade veem a ordem, que lhes legitimava, ruir no processo de submissão de todas as racionalidades à

(25) Juarez Bahia. "A cultura da prosperidade". Jornal do Brasil, 1977.

racionalidade econômica. O poder passa a se exercer, na sociedade permissiva, através da manipulação psicológica ou da violência aberta e as novas formas de repressão política não raramente incluem o suborno, a chantagem, a intimidação, ou mesmo como no caso brasileiro, a força e a tortura.

A administração das empresas se resguarda atrás de técnicos e especialistas, e desloca as reivindicações coletivas para o campo das queixas privadas.

O regime militar, apesar do discurso de legalidade, manutenção da ordem e soberanias nacionais, na prática se abstém de invocar padrões do que é certo ou errado, que mesmo podendo imprimir legitimidade ao regime, podem despertar discordâncias.

A ditadura não tenta justificar o poder, exige apenas o reconhecimento de sua existência. "O poder já não carece de qualquer justificativa além do fato de seu exercício"<sup>(26)</sup>. é o regime do: "... às favas com os escrúpulos".

O deslocamento das questões antes pertinentes ao exercício ativo de preceitos hierárquicos se torna a base da estrutura de poder na sociedade. A definição do permitido, ou melhor, do normal se torna questão cotidiana, adaptando

(26) Lasch (1991), p. 234.

os indivíduos às vicissitudes da moda e dando-lhes a ilusão de liberdade. Ilusão. Porque desde a infância a arbitragem do que é real definindo o certo e o errado, já preparava cada um para a submissão ao mundo dado, roubando-lhes a capacidade de iniciativa e o olhar crítico.

Os valores herdados da tradição cultural burguesa, a religião, a família, e a propriedade são substituídos pela ideologia do bem estar físico-psicossexual, o discurso técnico sobre a "normalidade" das relações entre os membros da família e pela compulsão ao consumo supérfluo.

Um dos maiores jornais impressos brasileiros, o "O Globo", cria um caderno de domingo intitulado "Jornal da Família" que na edição de 20 de junho de 1993 contava com oito páginas. Dessas, **35** páginas se dedicavam a anúncios publicitários, meia página dedicada a conselhos educacionais proferidos por especialistas da área, três páginas à saúde (uma página sobre consumo de drogas ilegais, uma sobre crescimento e a terceira preenchida por respostas de especialistas a dúvidas dos leitores). A última página foi preenchida com receita de bolo.

A associação paulista de medicina publica um jornal, auto proclamado informe publicitário, de título muito sugestivo: "A saúde da família".

Tais dados, embora muito pontuais, não tem aqui o papel de comprovar qualquer afirmação. A sua utilização visa apenas indicar que, a análise dos discursos correntes aponta para a ocorrência de uma efetiva interpenetração de esferas antigamente regidas por racionalidades distintas.

As transformações na economia e na sociedade, resultam como descrito anteriormente, em alterações psíquicas no indivíduo. Do novo papel atribuído ao consumo (o papel de gerador de diferenciação social), surge a tão característica obsessão pela escassez presente na personalidade narcisística. A diferenciação social propiciada pelo consumo associa diretamente a este, a sensação de superioridade e individualidade tão caras ao indivíduo que se sente socialmente impotente frente às esferas de poder cada vez mais distantes e inquestionáveis, legitimadas pelo discurso científico em suas mais variadas formas.

A dependência do indivíduo em relação a essas esferas de poder, que se expressa na substituição dos valores burgueses tradicionais, anteriormente descrita, caracteriza o quadro geral propício ao desenvolvimento das desordens narcísicas de caráter.

Deste modo, dependemos que o narcisismo

contemporâneo é um narcisismo regenerador, oriundo da tentativa de controle da experiência de dor por parte de indivíduos que antes de serem narcisistas, são indivíduos violentados pela devastação de suas vidas privadas e pela fetichização de todas as formas de relações interpessoais. Agora assimiladas às exigências do mercado.

Em sua forma patológica, o narcisismo advém de uma tentativa de defesa contra sentimentos de dependência impotente na primeira infância. Numa sociedade que prolonga a experiência da dependência pela vida adulta, formas mais brandas de narcisismo se tornam comuns. Mas se essa mesma sociedade encoraja sonhos grandiosos de onipotência através das facilidades do consumo desenfreado e imediatamente prazeroso, torna-se mais difícil a superação dos constrangimentos narcísicos e muito distantes as situações de satisfação real e de auto-confiança consciente (aquela que não se origina das auto-imagens internalizadas).

A nova personalidade que se forma despertou a atenção e a crítica de várias correntes de pensamento da cultura contemporânea.

A primeira delas, enxerga à ascensão da sociedade de consumo como a concretização da liberdade dos indivíduos e substituição da antiga cultura superior, privilégio das

elites agora ressentidas, por uma cultura democrática que permite o acesso a uma ilimitada gama de bens.

Mesmo que ignoremos a incapacidade básica de tal visão, qual seja: fazer a distinção entre liberdade e o simples exercício das preferências do consumidor, essa análise não nos interessa. A existência de uma sociedade de consumo em massa, em economias com alto índice de desigualdades sociais como a brasileira revela a distinção necessária entre sociedade das massas (democrática e igualitária) e sociedade de consumo de massas (que não necessariamente possui tais características), diferenciação esta não contemplada por tal visão.

Uma segunda abordagem à cultura contemporânea centra suas críticas no fenômeno do consumo, como indicador de um materialismo e a acomodação que flui da esfera cultural para a econômica prejudicando o desempenho desta. Nesta corrente de crítica ao hedonismo, situa-se o trabalho de Daniel Bell já analisado no capítulo anterior.

A identificação de contradições resultantes da intensificação do materialismo obscurece os verdadeiros efeitos da cultura do consumo, que, "... dissolve o mundo das coisas substanciais (ao invés de reforçá-lo) e substitui por um vago mundo de imagens e, por conseguinte, apaga as fronteiras entre o indivíduo e os seus

arredores"<sup>(27)</sup>.

A cultura do narcisismo é uma cultura de sobrevivência porque o narcisismo significa a perda da individualidade por parte de um "eu ameaçado com a desintegração e por um sentimento de vazio interior"<sup>(28)</sup>.

A adoção de estratégias de sobrevivência se generaliza em sociedades burocráticas, e se torna necessária quando o mundo passa a ser percebido como um sistema de controle total. As técnicas de autogestão emocional, por um lado garantem a sobrevivência, e por outro aprofundam o sentimento de desamparo e impotência, à medida em que as próprias profissões assistenciais alteram as suas bases terapêuticas, abandonando a busca de introjeção e compreensão e assumindo técnicas mais poderosas de adaptação do indivíduo aos agentes externos.

Dentre as técnicas de autogestão emocional generalizam-se a apatia seletiva, o descompromisso emocional frente aos outros, a renúncia ao passado e ao futuro e a determinação de viver um dia de cada vez.

O indivíduo narcisista preocupado em preservar o

(27) Lasch (1990), p. 42.

(28) *Idem*.

seu "mínimo Eu"<sup>(29)</sup>, incorpora a idéia de crise ao seu cotidiano, se sentindo invadido por um difuso sentimento de perigo. Sobrevive na iminência do próximo desastre, evitando assim a decepção e a frustração que sua estrutura psíquica é incapaz de suportar.

A transposição da percepção das crises sucessivas para a esfera pública se dá na medida em que as tensões sociais são "cientificamente" transferidas para a órbita das individualidades, e mantidas sem solução.

O acúmulo dessas distorções leva à descrença com relação as ações coletivas (organizações auto-reguladas) e ao acirramento do isolamento impotente. A existência de conflitos de qualquer ordem parece sempre levar o sujeito ao papel de vítima das agressões do mundo competitivo. A alternativa para que se evite o surgimento de conflitos é o rompimento de todo e qualquer vínculo que represente formação de expectativas.

O indivíduo narcisista descarta-se de todas as possíveis fontes de sofrimento: o futuro, o passado, os outros. Assume com relação a si próprio uma atitude de auto-observação irônica. Nada "daquilo" acontece com ele.

Por fim, a última barreira à sua sobrevivência é

(29) Título de um dos livros de Christopher Lasch, bibliografia.

eliminada. O narcisismo contemporâneo extrai do indivíduo a sua identidade. Se por um lado, a identidade infinitamente adaptável e intercambiável destrói os vínculos às convenções sociais antiquadas, por outro, incentiva o comportamento sobrevivencialista, ao elipsar os limites de adaptabilidade de cada um, destruindo as últimas resistências individuais ao controle externo.

## CONCLUSÃO

O narcisismo defensivo, que caracteriza o padrão de personalidade das sociedades de consumo, se volta para o investimento do corpo como fonte de prazer, ao percebê-lo foco de sofrimento em meio aos ataques incessantes do meio externo à identidade individual.

A fetichização do corpo e do sexo, a transformação deles em objetos fonte de prazer, altera a representação que deles **fog**em os indivíduos. A transformação cultural por que passam, se dá em dois níveis distintos, ambos funcionais à reafirmação do capitalismo.

Por um lado, as tecnologias do prazer e a pregação do consumo como auto-realização e caminho para felicidade, se apropriam desses novos objetos e os utilizam como prova cabal da liberdade, autonomia, prazer e bem-estar<sup>(30)</sup>, concedidos pelo capitalismo em níveis nunca antes alcançados.

Por outro lado, todas as agressões que a vida cotidiana inflinge aos indivíduos são apresentadas como a contrapartida pelo prazer que a sociedade permissiva proporciona, ao liberar os corpos de sua função instrumental (auto conservação material e reprodução). Desta forma, a

(30) Segundo Costa (1984).

superação da intratabilidade de um mundo cada vez mais hostil e barbarizante, não deve se realizar pela ação coletiva que vise a superação do sistema, sendo tal condição cada vez mais, garantida pela crescente impotência dos homens perante às super organizações totalitárias. O cessamento dos conflitos, ao invés de se dar pela eliminação de suas causas deve ocorrer pela minimização dos seus efeitos. Cabe ao indivíduo se retrair e, abrindo mão de sua identidade, aprender a sobreviver gerenciando os seus conflitos internamente. A irracionalidade do sistema é transformada em "stress", de modo a deslocar as contradições que lhe são inerentes.

A nova classe média brasileira construiu os seus valores e as suas formas de sociabilidade num contexto onde se constituiu no país, uma sociedade consumista, permissiva e desigual, calcada nos modelos importados das sociedades industriais avançadas.

Costa<sup>(31)</sup>, define a opulência do milagre como a base para a divisão da sociedade brasileira em uma sociedade vivente, formada pela classe média privilegiada e pelas elites, e uma sociedade sobrevivente, correspondente às camadas inferiores da população, que eram mantidas à margem dos frutos do crescimento econômico.

(31) Bolivar Costa (1973).

Mas já na segunda metade dos anos 70 os segmentos médios da sociedade começam a perceber que algo não vai bem. Em março de 1977 uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup com segmentos de renda média na Grande São Paulo aponta que 78% dos entrevistados achavam que a economia já não ia bem (Em janeiro de 76 essa porcentagem era de 58%). Ao responderem sobre as perspectivas para os próximos dois meses 36% achavam que a situação pioraria<sup>(32)</sup>.

O que talvez não se imaginasse naquele momento é que a crise que se iniciava - de caráter muito mais profundo que o previsto - suplantaria inclusive a década de 80, ampliaria a parcela da população que apenas "sobrevivia" e, ao frustrar as expectativas de ascensão da classe média, seria um agravante de peso na formação de uma cultura da sobrevivência já iniciada com a modernização social dos anos de opulência.

A crise econômica da década de 80 foi a crise do padrão desenvolvimentista do Estado brasileiro. Cabe ressaltar aqui que o caminho adotado pelo Brasil no período do milagre foi a de "... se implementar um ambicioso programa de investimentos sustentados pelo reforço do endividamento externo, voltados justamente para os setores que já estavam se tornando obsoletos e ultrapassados ao nível da crise mundial e da terceira revolução industrial

(32) Revista Isto É, 18/05/77.

que emitia seus primeiros sinais"<sup>(33)</sup>. Desta forma fica claro que o reacirramento do atraso brasileiro, longe de representar um simples revés da sorte, se encontra em estreita relação com a orientação política autoritária e com a correlação de forças sociais que lhe dava sustentação no Brasil após o golpe militar de 1964. Assim, "Quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no primeiro mundo eclodiu a terceira revolução industrial"<sup>(34)</sup>.

O complexo eletrônico-mecatrônico se torna a fonte de dinamismo das economias desenvolvidas. O largo passo que ressurgiu entre a Economia Brasileira e as economias centrais vem acompanhado, da crise do endividamento que persiste do início dos anos 80 até os dias de hoje, e da falência do Estado Brasileiro, que de várias formas viu recair sobre si os ônus do período desenvolvimentista.

O país perde o ritmo de crescimento que mantinha desde o fim da segunda guerra mundial. A década de 80 representa o rompimento do mecanismo de mobilidade social ascendente que dava coesão à sociedade. Tais processos iniciariam a desagregação social e política que se verifica na sociedade brasileira contemporânea. O trabalho, a iniciativa, a Nação são contrapostos ao desemprego, à impotência e à desmoralização do Estado.

(33) Cardoso de Mello, 1991, p. 2.

(34) *Idem*.

À medida que toda sociedade possui mecanismos particulares através dos quais os indivíduos reconciliam-se com a privação de seus instintos e submetem-se às exigências da existência social, toda e qualquer alteração em suas normas, suas presunções subjacentes e seus modos de organizar as experiências, serão reproduzidas nos indivíduos na forma da personalidade.

A crise estagnacionista coloca novos horizontes. O futuro negado aponta para o presente. O resultado é de formação de uma cultura da sobrevivência, onde "... o utilitarismo não é regulado por valores universais que garantam o mínimo de solidariedade social"<sup>(35)</sup>.

A grande questão que se coloca hoje, é a possibilidade ou não de se reduzir o atraso do Brasil em relação às economias desenvolvidas. Caso a resposta seja positiva, qual deverá ser o caminho adotado?

Dentro dessa perspectiva, podemos perceber facilmente que, a mudança do padrão de acumulação nível mundial - caso o Brasil empreenda esforços deliberados no sentido de reduzir o atraso estrutural, pelo menos transformando-o em um atraso dinâmico - requer uma profunda revisão do arcabouço institucional e da própria esfera econômica à qual aquele deve dar suporte.

(35) *Idem*.

Segundo Erber, "... a retomada da industrialização, com novas normas de produção e acumulação, envolve também modificações nas normas de incorporação do progresso técnico, financiamento, relação salarial, intervenção do Estado e inserção internacional"<sup>(36)</sup>.

Mas além de todos estes aspectos é necessário que se tenha consciência de que, no modo de produção capitalista cada vez mais se verifica uma interpenetração das esferas distintas da existência humana, havendo também portanto um constante confronto de racionalidades incompatíveis entre si, onde a destruição de algumas delas é necessária para que se institua a dominação de outras.

A racionalidade econômica tem se revelado capaz de enfrentar tal desafio e dessa forma vem promovendo processos de modernização cultural nos quais, a criação de novas formas de coesão social tem se dado em detrimento da liberdade individual e da possibilidade de ação política organizada. O mito do indivíduo soberano e auto-guiado não se sustenta mais.

Gorz, em "crítica à razão econômica"<sup>(37)</sup> analisa as sociedades desenvolvidas, retentoras dos gigantescos ganhos de produtividade propiciados pelo novo paradigma tecnológico

(36) Erber (1990).

(37) Gorz (1989).

e crítica mais uma vez o discurso liberal e sua apologia da modernização. Segundo este discurso os ganhos de produtividade advindos da incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos, seriam capazes de produzir tempo livre a ser distribuído homogeneamente na sociedade, liberando assim os homens para se dedicarem a atividades com fim em si próprias (não regidas pela racionalidade econômica).

Gorz se contrapõe a tal visão; os ganhos de produtividade na realidade não reduziriam o tempo de trabalho socialmente empregado em atividades reguladas pelo mercado. O seu efeito seria a redução dos postos de trabalho existentes na economia.

Sob tal perspectiva se aprofundaria um movimento já perceptível, até mesmo no Brasil. Alguns membros de uma elite tecno-burocrática, formada por engenheiros, técnicos e administradores concentrariam ainda mais poder de decisão em suas mãos, pois passaram a determinar os rumos das atividades econômicas impulsionadoras da dinâmica econômica.

Uma outra classe de homens, dispensados de suas atividades anteriores, encontrariam sua inserção social apenas em atividades que teriam objetivo de economizar o tempo gasto pelos membros da elite em atividades domésticas ou de âmbito privado. Esses trabalhadores desqualificados se

veriam reduzidos a um novo estado de "servidão", impedidos de exercer sua capacidade de criação e decisão, pois tudo que necessitasse de tais capacidades seria de responsabilidade da nova elite social.

As questões levantadas por Gorz, e várias outras presentes nas análises críticas das sociedades capitalistas não podem estar ausentes dos debates sobre os projetos para o futuro do Brasil.

Neste trabalho procurei tocar em pontos que acredito sejam relevantes para o encaminhamento de discussões, especialmente aquelas voltadas para as interações entre a cultura e a economia.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. (1966). Sociologia da família. in: Canevacci, Massimo (1982). Dialética da família. São Paulo. Ed. Brasiliense.
- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. (1986). Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro. Zahar.
- ARIES, P. (1986). História social da criança e da família. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara.
- BELL, Daniel. (1989). Las Contradiciones Culturales del Capitalismo. Madrid, Alianza Editorial.
- CANEVACCI, M. (1984). Antropologia do Cinema", SP, Ed. Brasiliense.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. artigo inédito.
- COSTA, Bolivar. O Drama da Classe Média. 1973. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra.
- COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos sombrios.
- COSTA, J. Freire (1984). Violência e psicanálise. Petrópolis, Graal.
- ERBER, Fábio Stefano. A Política Industrial - Paradigmas Teóricos e Modernidade. In: Tavares, M. da C. (org.) Aquarella do Brasil 1990, RJ, Riofundo Ed.
- FROMM, Erich (1969). Autoridade e superego: o papel da família. In Canevacci, Massimo (1982). Dialética da família. São Paulo. Ed. Brasiliense.
- GORZ, André (1988). Critique of economic reason. London. Ed. Verso.
- LASCH, C. (1983). A Cultura do Narcisismo. Rio de Janeiro. Ed. Emago.
- LASCH, C. (1986). O Mínimo Eu. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- LASCH, Christopher (1991). Refúgio num mundo sem coração. São Paulo. Paz e Terra.
- MARX, K. (1946). Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo. Ed. Flama.

- MILLS, C. Wright (1979). A nova classe média. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- MITSCHERLICH, Alexander (1970). A ausência do pai. in Canevacci, Massimo (1982). Dialética da família. São Paulo. Ed. Brasiliense.
- MORIN, Edoar (1990). Cultura de Massas no Século XX. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária.
- FRIGÓGINE, I. & STENGERS, I. (1991). A Nova Aliança, 1991. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.
- QUADROS, Waldir José de (1991). O Milagre Brasileiro e a Expansão da Nova Classe Média. Tese de Doutorado. Campinas, IE/UNICAMP, mimeo.